



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da força de trabalho

ESTADO NACIONAL E “QUESTÃO SOCIAL” NA ERA DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

ANACLÉCIA DA ROCHA COSTA¹

RESUMO:

A crise estrutural do capital é a nova conjuntura de crise que vive a dinâmica capitalista. Sua natureza é devastadoramente nova nesta sociabilidade. Ao que parece, seu desdobramento ativou os limites absolutos do capital, principalmente, a contradição entre Estados nacionais e capitalismo global. Diante dos efeitos da crise estrutural e da nova relação entre Estados nacionais observaremos o acirramento da “questão social”.

Palavras-chaves: Estado Nacional. “Questão Social”. Crise Estrutural.

RESUMEN:

La crisis estructural del capital es la nueva coyuntura de crisis que vive la dinámica capitalista. Su naturaleza es devastadoramente nueva en esta sociabilidad. Aparentemente, su desarrollo ha activado los límites absolutos del capital, especialmente la contradicción entre los Estados nacionales y el capitalismo global. Frente a los efectos de la crisis estructural y a la nueva relación entre los Estados nacionales, observaremos el agravamiento de la “cuestión. social”.

Palabras clave: Estado Nacional. “Cuestión Social”. Crisis Estructural.

¹ Universidade Federal de Alagoas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. Introdução:

A “questão social” na atualidade foi redimensionada em razão da acumulação ampliada do capital, na qual desencadeou sua crise estrutural. Tendo em vista desvendar as novas manifestações da questão social na atualidade, buscamos compreendê-la a partir dos novos determinantes que surgiram na atual conjuntura. Assim, a crise estrutural do capital, a globalização e o papel dos Estados nacionais tem sido temas centrais para a análise da “questão social” contemporânea. Este artigo busca explorar essas categorias a partir de pensadores críticos, principalmente: István Mészáros, François Chesnais e David Harvey.

Mészáros (2000; 2009), em suas obras, destaca a natureza unívoca da atual crise do capital, que não é transitória como as que surgiram no passado do capitalismo, mas permanente, em razão da incontornabilidade do modo de produção capitalista. A análise de Mészáros nos permite compreender as implicações da crise estrutural tanto para o próprio modo de produção em vigência quanto para a reprodução do ser social. O desencadeamento da crise estrutural afeta os Estados nacionais no capitalismo globalizado, pois, longe de ser o ente neutro, é uma estrutura política do capitalismo, no qual desempenha um papel de perpetuação do modo de produção capitalista.

A globalização é tendência do capitalismo e apresenta novos desdobramentos na dinâmica socioeconômica pós-crise estrutural do capital. Chesnais (1996) argumenta que a globalização no passado esteve associada a expansão da indústria e do comércio, agora está associada a ascensão do capital financeiro. O capital financeiro produz a falsa ilusão que o dinheiro se reproduz autonomamente, porém veremos adiante que sua produção e reprodução esconde a intensificação da exploração do trabalhador.

O capital financeiro em ascensão é exponenciado pelo projeto neoliberalismo, o qual é um dos ditames do Imperialismo hegemônico dos Estados Unidos. Segundo Harvey (2008), esse é um projeto político da classe dominante para restaurar o poder dos capitalistas globalmente fortalecidos. Esse projeto tem implicações diretas sobre a soberania dos Estados nacionais e sobre a “questão social”, visto que reorganiza o papel do Estado na sociedade contemporânea, que contraditoriamente maximiza o princípio do mercado livre e reduz o papel do Estado na esfera social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Portanto, a "questão social" emerge como um tema central ao analisar a crise estrutural do capital, a globalização e o papel do Estado nacional. Nesse contexto, o neoliberalismo e o capital financeiro contribuem para a complexificação das manifestações da "questão social", servindo como estratégias da classe dominante para lidar com as implicações da crise estrutural do capital.

2. Crise estrutural do capital e seus desdobramentos:

A partir de István Mészáros observamos que desde a década de 1970 a ordem capitalista vive sob uma crise estrutural do sistema sociometabólico do capital. Trata-se não mais de uma crise cíclica do capital, mas de uma crise que afeta todos os elementos constitutivos do capital, inclusive a própria sobrevivência da humanidade. Tal consequência pode ser medida por “sua severidade [...] pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio *sistema do capital*” (2000, p. 7 – grifo do autor). A crise estrutural difere da crise cíclica do capital porque “afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos” (2009, p. 797).

Conforme o autor da obra *Para Além do Capital*, a crise estrutural do capital é diferente de qualquer outra crise que já houve nesta ordem econômica. Por mais grave que tenha sido a grande crise de 1929, foi possível remover os limites inerentes da produção capitalista por meio da Segunda Guerra Mundial e da produção e do consumo automobilístico. De acordo com Mészáros, não é possível fazer o mesmo com a atual crise, isto em razão das suas particularidades, observáveis nas seguintes características definidoras:

(1) seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu *alcance* é verdadeiramente *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua *escala de tempo* é extensa, contínua, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia (2009, p. 776).

De fato, estamos vivendo uma crise sistêmica do capital, que tem características peculiares e sua compreensão está vinculada ao caráter incontrolável desse modo de produção. Como verificou Mészáros, “Esse sistema de dominação está em crise porque sua ‘*raison d’être*’ e sua justificação histórica desapareceram, e já não podem ser mais reinventadas por maior que seja a manipulação ou a pura repressão” (2009, p. 801). Ou seja, as contradições do capital já não podem ser transponíveis na contemporaneidade, nem por estratégias econômicas, políticas ou ideológicas, pois, atualmente, este sistema de produção ativou seus limites absolutos, como denominou Mészáros (2009).

Todo sistema de produção e controle sociometabólico tem seus limites absolutos, que consoante com Mészáros, são os limites que “não podem ser transcendidos sem que o modo de controle prevaiente mude para um modo qualitativamente diferente” (2009, p. 216). Desse modo, “a abordagem dos limites absolutos do capital inevitavelmente coloca em ação a própria estrutura causal” (2009, p. 175). Isto porque vai de encontro às determinações estruturais do capital.

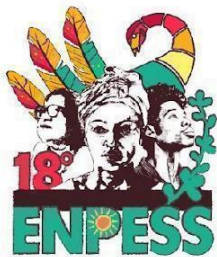
Além disso, para Mészáros os limites absolutos do capital se expressam em quatro características principais:

o antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global – irresistivelmente transnacional em sua tendência objetiva – e os Estados nacionais necessariamente repressores; às questões ambientais apregoadas em altos brados; grandes questões se fundem em torno da exigência elementar e politicamente irrefreável da liberação das mulheres; a questão do desemprego crônico (2009, p. 222).

A atual crise do capital ativou os limites intransponíveis do modo de produção capitalista. As características principais dos limites absolutos do capital expressam também o agravamento das manifestações da “questão social” na atualidade, e o antagonismo estrutural inconciliável entre o capital global e os Estados Nacionais, é considerado como uma das formas de intervenção do Estado na atualidade.

3. Estado nacional e as contradições em momento de crise estrutural:

Atualmente, a relação entre os Estados nacionais e o capital globalizado tem revelado um dos limites absolutos do capital, que, segundo Mészáros, foi desencadeado pela atual crise estrutural. Isso ocorre porque o modo de produção capitalista é, por natureza, uma estrutura econômica contraditória e incontrolável. Em sua base socioeconômica, existem fraturas incontornáveis, como aponta Mészáros: “uma tripla fratura entre 1) produção e seu controle; 2)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

produção e consumo; e 3) produção e circulação de produtos" (2000, p. 11). Portanto, a formação do Estado capitalista é essencial para proteger a produção e a reprodução do sistema capitalista.

Segundo Mészáros, "o Estado moderno faz parte da materialidade do sistema capitalista e incorpora a necessária dimensão coesiva do seu imperativo estrutural voltado para a expansão e para a extração do trabalho excedente" (2009, p. 121). Em outras palavras, o Estado é uma estrutura de controle político com dupla função: reparar e encontrar soluções para as divergências das estruturas econômicas capitalistas; e garantir a exploração e reprodução do trabalho humano.

Todavia, em um passado próximo surgiu a problemática da mundialização. Embora as unidades econômicas tenham se globalizado, o Estado capitalista continua sendo nacional. Essa questão não pode ser resolvida, uma vez que os Estados nacionais estão longe de concretizar a lógica kantiana de uma "paz perpétua". Como verificou Mészáros os Estados nacionais são individuais e concorrentes:

O "Estado" do sistema do capital (que existe na forma de Estados Nacionais particulares) nada é sem sua oposição real ou potencial a outros Estados, assim como o Capital nada é sem sua oposição ao trabalho e sem a autodeterminação negativa em relação a ele" (2009, p. 245 – grifo do autor).

Portanto, prevalece a negatividade de tal contradição enquanto limite absoluto do capital.

A mundialização, a qual vivemos atualmente, surgiu em período de crise estrutural do capital, resultado da incontabilidade do capital e com o objetivo de reparar problemas estruturais de suas unidades. Para Chesnais, "a mundialização deve ser pensada como uma nova fase específica do processo de internacionalização do capital, e de sua valorização, à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas" (1996, p. 32). O movimento de internacionalização não é novo, entretanto, na atualidade traz características novas. Conforme Chesnais, "o que há novo é que as empresas recorreram a novas combinações entre os investimentos internacionais, o comércio e a cooperação internacional Inter empresas coligadas, para assegurar sua expansão internacional e racionalizar suas operações" (1996, p. 27).

Essa mundialização não se restringe à esfera manufatureira ou comercial; ela tem impulsionado a predominância do capital financeiro sobre as demais áreas econômicas. Além disso, tem acentuado o controle de um pequeno número de capitais sobre o mercado mundial, e,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

consequentemente, a hierarquização dos Estados nacionais. Dois fatores foram fundamentais para o avanço dessa mundialização do capital financeiro, consoante com Chesnais,

O primeiro deve ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (1996, p. 34).

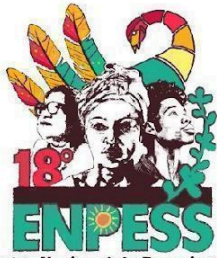
Desse modo, a mundialização só ocorreu porque na fase de expansão do capitalismo foi possível acumular concentradamente mais capital, o que foi essencial para a ascensão do capital financeiro na conjuntura atual. Além disso, o processo de mundialização exacerbou a liberdade de mercado por meio da internacionalização de políticas econômicas e sociais, sob a imposição de governos imperialistas e nacionais fortes. Observamos pontualmente que essa nova dinâmica significa a subordinação de Estados nacionais dependentes ou conflitos armados entre Estados nacionais fortes, e a polarização das expressões da "questão social". Por essa razão, a globalização em prática não tem nada de positivo, nem inofensivo. Como expressou Mészáros,

é difícil imaginar todos os Estados nacionais como colaboradores satisfeitos da "meia dúzia de jogadores globais", exatamente como seus Estados nacionais particulares hoje proporcionam serviços à gigantescas corporações transnacionais, aceitando com pouco ou nenhuma agitação a devastação de suas próprias economias e interesses comerciais dominantes e compelindo, ao mesmo tempo, a força de trabalho nacional a aceitar as consequências desses acontecimentos em troca das perspectivas de emprego cada vez piores no interesse da florescente "meia dúzia de jogadores globais" (2009, p. 244).

A contradição entre "Estados Nacionais e capital transnacional" levanta questões sobre o papel político dos Estados nacionais capitalistas e as forças destrutivas que emergem dessa relação. Essas forças são destrutivas tanto para a humanidade quanto para o próprio sistema sociometabólico do capital. Além do mais, essa destruição é intensificada pela característica estrutural e permanente do imperialismo no capitalismo contemporâneo, que não é apenas uma fase, mas uma manifestação contínua da necessidade de expansão e de dominação inerente ao sistema capitalista.

No mundo pós-guerra mundial, a economia globalizada vive sob a imposição da hegemonia dos Estados Unidos, desde o primeiro mandato de Roosevelt (1933 a 1945), no qual deu início a "Política de Portas Abertas"², essa esconde a ascensão de empresa industrial e financeira norte-americana. A dominação norte-americana tem utilizado de estratégias militar e

² Conforme Mészáros, "A 'Porta Aberta' que se exigia de outros países visava a penetração econômica (em contraste com a ocupação colonial), mantendo um silêncio característico sobre a dominação política que a acompanhava" (2003, p. 20).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

política para dominar o mercado transnacional. As duas guerras mundiais do passado já nos revelaram o perigo catastrófico para a humanidade por trás de um plano militar imperialista. Ainda mais hoje com o avanço da tecnologia nuclear, podemos utilizar como exemplo, as conversas nucleares que têm ocorrido entre os Estados Unidos e a China no tempo presente.

O perigo do imperialismo hegemônico norte-americano se manifesta na tendência que essa super potência tem de assumir o papel de um governo mundial, em nome da democracia, da igualdade e da liberdade. Porém, quando suas políticas são questionadas por outros Estados nacionais, ocorre o que observou Mézáros: “[os] interesses nacionais legítimos de outros países são arrogantemente ignorados como “nacionalismo” intolerável ou como “pandemônio ético” (2003, p. 22). Portanto, ressaltamos que o imperialismo atual é de controle de mercado, de recursos naturais nacionais, de força de trabalho, e de território e política dos Estados nacionais.

O que torna tudo isso ainda mais grave é a potência militar do país imperialista hegemônico: os Estados Unidos. Por essa razão, Mézáros considera “que entramos na fase mais perigosa do imperialismo em toda a história; pois o que está em jogo hoje não é o controle de uma região particular do planeta, [...] mas o controle de sua totalidade por uma superpotência econômica e militar hegemônica” (2003, p. 25). A respeito disso, hoje há diversas empresas transnacionais que não aceitarão serem eliminadas facilmente, essas contarão com seus Estados Nacionais.

Atualmente os Estados Unidos é uma potência industrial e financeira com bases militares em cerca de 70 a 80 países, com concentração maior na Europa, no Oriente Médio e na Ásia. Sua política de dominação permanece primeiro a imposição de leis, e posteriormente, quando desafiado, a imposição militar.

Desde sua ascensão imperialista, o Estado norte-americano tem se dedicado a impor leis para concluir a “Política de Portas Abertas”, iniciadas no governo de Roosevelt. Tal política ascende denominada de Neoliberalismo, no fim do século XX, por razão da deflagração da crise estrutural do capital, pós-trinta décadas gloriosas do capitalismo, com os sinais de desemprego e inflação que se amplia. O neoliberalismo é a nova relação entre os Estados Nacionais com o capital transnacional e a nova forma de intervenção do Estado sobre as expressões da questão social, como veremos a seguir.

4. “Questão social” e suas expressões em momento de crise estrutural:

O termo “questão social” surgiu para referir-se ao pauperismo da classe trabalhadora em 1833, quando o processo de industrialização na Europa levou famílias operárias às cidades em busca de trabalho nas fábricas. Na época, os trabalhadores estavam submetidos a extração da mais-valia absoluta, além de eles e suas famílias viverem em extrema pobreza – moradias insalubres, baixa remuneração, altas horas de trabalho, sem proteção legal.

Além de uma expressão política, a “questão social” é a materialidade do processo de reprodução capitalista. Karl Marx (1996) na Lei Geral da Acumulação Capitalista estudou o processo de desigualdade social e pauperismo vinculado ao modo de produção capitalista, no qual detectou ser a questão social o lado obscuro e essencial desse modo de produção, sem a qual não existiria acumulação de capital.

O trabalho excedente (ou o "exército industrial de reserva", como Marx o chamou) e o aumento da produtividade no processo produtivo são fatores que amplificam a exploração do trabalho pela classe burguesa. Sendo, a formação do exército industrial de reserva o principal método de subsunção do trabalho ao capital. Ele empurra os salários para baixo e ameaça o trabalhador ocupado a aceitar qualquer forma de exploração. Nas palavras de Marx, “o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital” (1996, p. 266). Portanto, a Lei Geral da Acumulação Capitalista se expressa no exército industrial de reserva, e no pauperismo oficial que esse dar forma. Logo, Marx evidencia essa Lei como:

A lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana – essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre os meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência: venda da própria força de trabalho para multiplicar a riqueza alheia ou para a autovalorização do capital (1996, p. 274).

Sendo assim, essa lei explica o pauperismo, a desigualdade social e o desemprego crescente entre a classe trabalhadora, devido à valorização do capital. Desse modo, enquanto o

sistema capitalista continuar a dominar as relações socioeconômicas, as expressões da "questão social" não poderão ser superadas, mas sim intensificadas e complexificadas, à medida que novos determinantes e contradições surgem na atual conjuntura de crise estrutural do capital.

O trato da "questão social" iniciou no capitalismo dos monopólios, no fim do século XIX. Quando o Estado assumiu as expressões da questão social por meio de políticas sociais. Essa foi uma requisição para manutenção da ordem do capital, a qual estava em crise, com aprofundamento em 1929, e, soma-se a esse fato, o crescimento do movimento político dos trabalhadores. Nas palavras de José P. Netto (2011) o Estado é "o comitê executivo da burguesia monopolista – [que] opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista" (2011, p. 26). Atendo como função primária a preservação e o controle do trabalhador.

Ademais, a intervenção do Estado nas refrações da "questão social" no capitalismo dos monopólios viveu fases gloriosas. Sob influência do Estado social, a economia capitalista viveu seu auge no pós-segunda guerra mundial, com incentivo das indústrias automobilística e bélica; e os trabalhadores tiveram suas reivindicações inseridas no plano político Estatal, por meios das políticas sociais e da expansão dos direitos sociais.

Com a emergência da crise estrutural do capital na década de 70 do século XX, a fase de expansão capitalista chega a sua estagnação. Temos uma conjuntura que traz consigo mudanças profundas para as manifestações das expressões da questão social e para a intervenção do Estado sobre as mesmas. Sob forte domínio do imperialismo norte-americano, a Reestruturação produtiva é imposta aos demais Estados nacionais como proposta que levaria ao progresso social, o que de fato não ocorreu até hoje. A reestruturação produtiva é um projeto ideológico com mudanças políticas, econômicas e sociais, que prever alterações no processo de valorização do capital a partir de três planos simultâneos: a globalização, o neoliberalismo e o toyotismo.

Como já vimos, a globalização é uma tendência na lógica do modo de produção capitalista, porém, nem por isso está imune dos problemas que com ela são ativados. Na atualidade, o fenômeno da globalização é marcado pela ascensão do capital financeiro. A financeirização propaga a autonomia do capital em expandir-se sem o trabalho. Contudo, Souza observou que "o suporte concreto dessa valorização acentuada do capital é a intensificação da exploração do trabalho, a ampliação da extração de mais-valia para sustentar o sistema financeiro" (2016, p. 126). Dessa forma, o capital financeiro é sustentado pelo excesso de trabalho gerado no processo de produção de mercadorias.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A acumulação de capital, que deu origem ao sistema de financeirização, começou a se formar durante as três décadas de expansão do capitalismo. No entanto, foi apenas na década de 1970 que o mercado de juros alcançou sua proeminência, impulsionado pelo projeto neoliberal, que implementou políticas de liberalização e desregulamentação das fronteiras nacionais.

Assim, o Estado nacional foi refuncionalizado pelo projeto neoliberal, que se espalhou rapidamente pelo mundo a partir da crise estrutural do capital. Sob a influência coercitiva dos Estados Unidos, durante o governo de Ronald Reagan, e do governo de Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido, ambos no século XX, o neoliberalismo se expandiu globalmente. Desde o início, o objetivo foi evitar o retorno das condições desastrosas que ameaçaram a acumulação capitalista na década de 1930. Para alcançar essa estabilidade nas relações econômicas internacionais, os Estados Unidos contaram com o apoio do Banco Mundial e do FMI. Conforme Harvey,

O mundo capitalista mergulhou na neoliberalização como resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que na verdade só convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser conhecido como o “consenso de Washington” (2008, p. 14).

Desse modo, o “Consenso de Washiton” foi um conjunto de proposições de ordem política e econômica emanada aos países subdesenvolvidos, em especial a América Latina. Foi assim que se proliferou com eficiência o projeto neoliberal. De acordo com Harvey, o neoliberalismo é um projeto de classe. Para ele,

Interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites (2008, p. 18).

Na prática, Harvey qualifica esse projeto como utópico porque não foi eficaz no restabelecimento das condições de acumulação até a atualidade. Mas alcançou uma maior concentração da riqueza mundial, ou seja, restaurou o poder das elites capitalistas. À medida que enfatiza as relações individuais de mercado, Harvey explica que:

O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo (2008, p. 4).

Sendo assim, o neoliberalismo é o projeto de classe em hegemonia na atualidade. Ele manifesta a relação dos Estados nacionais no capitalismo globalizado, como também a forma de intervenção do Estado sobre a questão social. Essa tem suas expressões exacerbadas na atualidade, na voga do projeto neoliberal. Pois, conforme verificou Harvey,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

O processo de neoliberalização, no entanto, envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões do trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração (2008, p. 4).

Tal projeto dominante afeta diretamente a vida da classe trabalhadora, isto porque ele põe em prática a política de dominação de Estados nacionais dependentes, esses Estados são alavancas para acumulação capitalistas de Estados fortes, em especial, do imperialismo hegemônico do Estados Unidos. Assim, sua classe trabalhadora é explorada a fim de enriquecer o capital externo. Para esse fim, a classe trabalhadora tem sido golpeada, primeiramente, nas suas bases políticas, posteriormente, nos seus locais de trabalho e nas suas conquistas sociais. De acordo com Harvey, “o mercado de trabalho [...] viu-se submetido a uma estrita regulação; o direito de greve foi considerado ilegal e a sindicalização proibida nos setores-chaves” (2008, p.7). Tudo isso para enfraquecer a organização trabalhista e implantar o projeto neoliberal também nos postos de trabalho.

Logo mais, houve a reorganização do processo de produção. Na expressão de Chesnais, “para a classe operária e as massas trabalhadoras, o que o capital tende a restaurar é o regime do ‘tácão de ferro’” (1996, p. 16). Com a ascensão da financeirização e a voga do neoliberalismo, a exploração do trabalho é avivada, e, conseqüentemente, eleva-se o desemprego que atinge a classe trabalhadora. Tudo isso por meio do método da organização do trabalho: o Toyotismo.

Segundo Chesnais,

Todas as virtudes atribuídas ao “toyotismo” estão dirigidas a obter a máxima do trabalho e o máximo rendimento de uma mão-de-obra totalmente flexível, à qual se volta a contestar, cada vez mais (até nos relatórios do banco mundial), o direito de organização sindical (1996, p. 17).

Dessa forma, o Toyotismo se expressa na precarização do trabalho, pois a flexibilização no processo produtivo resulta na maior expropriação do trabalho pelo capital, por meio da mais-valia relativa; e na expulsão das forças de trabalho do processo de produção capitalista. Por isso, o fenômeno do desemprego na atualidade foi amplificado. Entretanto, vale-se atentar para o que Costa chama a atenção, referente ao desemprego:

O problema central do desemprego não é a implementação da tecnologia no processo produtivo, mas a subsunção do trabalho ao capital, intensificada pela introdução e pelo avanço da tecnologia, a fim de proporcionar uma acumulação sempre em escala ampliada de capital (2023, p. 11).

A reorganização da produção e o neoliberalismo completam o projeto de classe capitalista na contemporaneidade, o qual vem agravando imensuravelmente as expressões da questão social nesta conjuntura. Por exemplo, o desemprego hoje é estrutural, conforme Mézáros (2009).

Na percepção de Mézáros, com a crise estrutural do capital “não só deixou de haver espaço para assegurar ganhos substantivo para o trabalho [...] mas também muitas das concessões anteriores tiveram de ser arrancadas, tanto em termos econômicos como no domínio da legislação” (2009, p. 330). Além do mais, “o desemprego em massa começa a lançar uma sombra realmente ameaçadora, não somente sobre a vida socioeconômica de um ou outro país, mas sobre todo o sistema do capital” (2009, p. 333). Portanto, pelo fato de não haver mais esperança para concessões positivas para o trabalho e o desemprego atingir indistintamente todos os países, Mézáros (2009) caracteriza o desemprego na atualidade como estrutural.

Em uma análise pontual do caso brasileiro, IBGE (2024) divulga o seguinte gráfico:

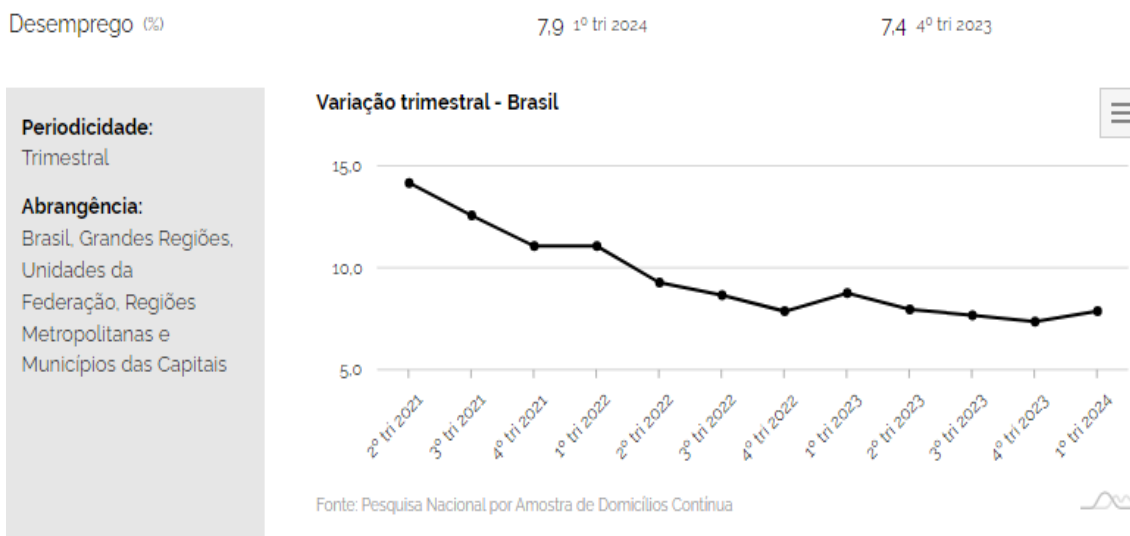


Fig. 1. Avaliação trimestral do desemprego no Brasil, de IBGE (2024).

A metodologia de análise da taxa de desemprego pelo IBGE no Brasil divide a população entre: os que tem idade para trabalhar (maiores de 14 anos) e os que não tem idade para trabalhar; e entre trabalhadores formal, informal e autônomo. Visto que tal pesquisa só engloba os trabalhadores que estão formalmente inseridos no mercado de trabalho e que tem idade para trabalhar. Desse modo, há uma manipulação empírica dos dados obtidos, logo, acreditamos que a taxa de desemprego no Brasil é maior que demonstram os dados oficiais.

Ainda, o neoliberalismo reduziu as conquistas sociais da classe trabalhadora. À julgo da crise fiscal do Estado nacional está havendo regressão na legislação previdenciária e na Consolidação das Leis do trabalho (CLT). No Brasil, esse desmonte tem se intensificado desde o governo Michel Temer, por exemplo a Lei nº 13467/2017 trouxe a reforma trabalhista para o plano prático, com diversas alterações na CLT, entre elas: a não obrigatoriedade da contribuição sindical, a terceirização para atividades-fim, os acordos entre empresa e sindicato passaram a prevalecer sobre legislações trabalhistas, etc.

O governo de Michel Temer pavimentou o caminho da reforma previdenciária que se concretizou no governo de Jair Bolsonaro, o qual aprovou a proposta de emenda à Constituição Federal: a PEC 6/2019. Essa PEC penaliza a classe trabalhadora que se encontra cada vez mais no pauperismo e com dificuldade de se manter no mercado de trabalho formal. Entre as diversas alterações, podemos citar as seguintes: aumento da idade e do tempo de contribuição para se aposentar, alterou-se os cálculos dos benefícios previdenciários, custa alto para o trabalhador hoje se aposentar com seu salário integral, também a pensão por morte não é mais integral.

Enquanto ocorre a regressão dos direitos trabalhistas e previdenciários, Netto refere-se à tendência do novo assistencialismo na América Latina, continente que foi a esteira de reformas neoliberais determinadas pelo imperialismo norte-americano. Porém, o neoliberalismo não foi implantado por escolha do povo latino-americano, porquanto, Harvey aponta a barganha utilizada pelos Estados Unidos: “em troca do reescalonamento da dívida, os países endividados tiveram de implementar reformas institucionais como cortes nos gastos sociais, leis de mercado de trabalho mais flexíveis e privatizações” (2008, p. 28). Portanto, a América Latina continua a sustentar a mais-valia dos Estados Unidos através de práticas neoliberais, o que acentua a desigualdade social no continente

O novo assistencialismo se materializa através das políticas de combate à pobreza. Conforme Netto, “Primeiro, elas estão centradas sobre a indigência [...]. Segundo, elas operam com, simultaneamente, a minimização do Estado e o seu papel interventivo. Terceiro, elas são extremamente focalizadas” (2013, p. 99-100). Desse modo, o novo assistencialismo é centrado nos extremamente pobres, no âmbito econômico e com resultados residuais imediatos.

Sem dúvidas estamos diante do agravamento das expressões da questão social na atualidade. A financeirização, o neoliberalismo e o toyotismo, determinações da crise estrutural do capital, alastrou e tensionou as manifestações da “questão social”. O mais dramático é que o pauperismo que atinge a classe trabalhadora hoje não pode ser associado ao baixo

desenvolvimentos das forças produtivas, porém, é resultado da incontornabilidade do modo de produção capitalista, na qual se manifesta na barbárie da vida humana.

5. Conclusão:

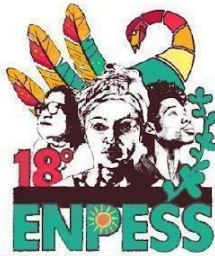
A crise estrutural do capital atingiu os limites últimos do sistema do capitalismo, expondo a contradição entre os Estados nacionais e o capital global. A partir de Mészáros, compreendemos que tal problemática é ainda mais grave porque não pode ser superada no interior da sociabilidade capitalista. Por isso, contradições mais intensas e extensas são ativadas, implicando em conflitos armados, no controle desigual de um Estado sobre outros. À medida que o capital global se expande, torna-se ainda mais evidente a subordinação dos Estados nacionais ao domínio do imperialismo hegemônico norte-americano, que realiza seu plano de dominação econômico, social, político e cultural.

Dessa forma, a contradição entre o capital global e os Estados nacionais coloca em questão a concorrência do capital transnacional, que se transforma em uma competição acirrada entre os Estados. Além disso, redefine o papel do Estado na esfera social, que passa a ser mínimo para a reprodução da classe trabalhadora por meio de políticas sociais. Assim, os Estados nacionais se manifestam atualmente através do paradigma neoliberal.

A “questão social” é amplificada na fase de crise estrutural do capital. Na conjuntura atual, o trabalhador não tem mais expectativas, devido ao crescimento do desemprego estrutural e à desproteção tanto dos trabalhadores empregados quanto dos desempregados. Atualmente, a política social predominante é a de transferência de renda para os mais necessitados, que tem se tornado um instrumento de barganha política partidária. Em resumo, as manifestações da “questão social” continuam a se intensificar diante dos novos determinantes do capitalismo. Não vislumbramos nenhuma possibilidade de enfrentamento dessas manifestações dentro desta sociabilidade; pelo contrário, acreditamos que elas se aprofundarão ainda mais devido às escolhas das elites capitalistas, que têm aumentado as disparidades em escala global.

REFERÊNCIA

Chesnais, François. **A mundialização do capital**. Tradução Silvana F. Foá. São Paulo - Editora Xamã, 1996.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

COSTA, Anaclécia da Rocha. **As raízes materiais do desemprego e seus desdobramentos com a crise estrutural do capital.** In. Jornada Internacional Políticas Públicas (JOIMP), XI, São Luís/ MA. Anais. 2023. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2023/images/trabalhos/trabalho_submissaoid_2316_23166479d81b57dab.pdf. Acessado: 26/07/24.

Harvey, David. **O neoliberalismo: História e implicações.** São Paulo, Brasil: Loyola. 2008. Disponível em: <https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>. Acesso em: 18/07/2024.

Marx, Karl. Capítulo XXIII – A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In. **O capital.** Livro Primeiro, Tomo 2. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1996.

Mészáros, István. **A Crise Estrutural do Capital.** In *Outubro* nº04, São Paulo, 2000.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?.** Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo - Editora Boitempo, 1ª ed., 2003. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/cienciassociais/system/files/anexos/Minicurso%20-%20Istiv%C3%a1n%20-%20Texto%201.pdf>. Acesso em: 10/07/2024.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 3ª ed., São Paulo: Editora da Boitempo, julho de 2009.

Netto, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 8ª ed. – São Paulo, Cortez, 2011.

_____. A Questão Social na América Latina. In. **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano/** Maria Lúcia T. Garcia, Eugênia C. Raizer (org.). Trabalhos apresentados no III Encontro Nacional de Política Social, em Vitória/2008. Vitória, EDUFES, 2013.

Painel de Indicadores, **IBGE,** 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>. Acesso em: 20/07/2024.

SOUZA, Jamerson M. A. O sincretismo no serviço social: uma abordagem ontológica. In. **Cenários, contradições, peijas do serviço social brasileiro/** Ana E. Mota e Angela Amaral (org.). 1ªed. - São Paulo, Cortez, 2016, p. 113-144.